

OS CAMINHOS DE ALICE DO OUTRO LADO DO ESPELHO: DISCURSOS E PERCURSOS NA DELINQUÊNCIA JUVENIL FEMININA

Vera Mónica Duarte

Doutora em Sociologia/ Instituto Superior da Maia (ISMAI)/ Portugal
vduarte@docentes.ismai.pt

RESUMO

Em resposta ao predomínio masculino nos estudos sobre delinquência juvenil, esta comunicação pretende explorar uma das suas faces invisíveis, aquela que é praticada por raparigas. Discutindo e criticando a construção de uma “história única” sobre a delinquência juvenil feminina, apresentam-se resultados de uma pesquisa qualitativa, realizada no âmbito do meu doutoramento, sobre experiências e significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em cumprimento de medidas tutelares educativas. A elaboração de retratos sociológicos, a partir da análise dos processos individuais e das entrevistas realizadas, permitiu explorar os discursos dominantes em relação à transgressão e traçar perfis de percursos transgressivos, que (re)colocam as jovens como sujeitos sociais.

Palavras-chaves: delinquência juvenil; género; pesquisa qualitativa, percursos transgressivos

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que o género é uma das variáveis de diferenciação mais consistentes na análise do fenómeno criminal e, em regra, os homens/ rapazes praticam mais crime e as mulheres/ raparigas são mais vítimas de crime. Abrindo um parêntese, é importante esclarecer que, em Portugal, entende-se por “rapariga” uma adolescente ou uma mulher muito nova e, não obstante a Convenção sobre os Direitos da Criança dispor que se é criança até aos 18 anos, e o Código Civil Português acolher essa disposição para efeitos de estabelecimento de maioridade, constata-se que a responsabilização penal inicia-se aos 16 anos, conforme estabelece o art. 19.º do Código Penal e concretizado no art. 1.º da Lei 166/99, de 14 de setembro - *Lei Tutelar Educativa*. Por outro lado, há que se considerar que a delinquência juvenil em Portugal é enquadrada pela Lei Tutelar Educativa, que se aplica a jovens entre os 12 e os 16 anos que tenham cometido factos qualificados pela lei como crime (art. 1.º). A estes/as jovens são aplicadas medidas tutelares educativas que visam a educação do menor para o direito e a sua inserção na vida da comunidade (n.º 1 do art. 2.º).

Os motivos que explicam esta consistência da variável género na explicação do crime não são claros e as possíveis respostas não reúnem consensos. Aliás, só recentemente o impacto das diferenças de género na abordagem do crime começou a despertar o interesse dos investigadores e dos profissionais das áreas do crime, da justiça e da reinserção social (Carlen (1988, 2007), Campbell (1984), Chesney-Lind (1997), Steffensmeier e Schwartz (2003), Burman, Brown e Batchelor (2003), Miller (2001), Giordano, Cernkovich e Rudolph (2002), Messerschmidt (2002), Cunha (2002), Matos (2008)). Neste sentido, a relevância social do tema é indissociável da sua construção social e científica. Por este motivo parece-me importante fazer aqui alguns breves adentramentos ao tema (Duarte, 2011):

O primeiro é sobre a invisibilidade social e científica do fenómeno da delinquência juvenil feminina. Durante séculos foi construída uma “história única” sobre delinquência juvenil feminina: a história da invisibilidade e da construção de imagens estereotipadas relacionadas com a ideia de que a mulher/ rapariga delinvente é vítima do seu passado, do seu ambiente e da sua condição feminina. Tudo se combina para a manutenção desta realidade: a comunicação social, os discursos públicos e políticos, as estatísticas e os estudos científicos, partilham a convicção de que os desvios juvenis femininos são poucos, pouco importantes e não constituem problema social. Esta situação tem tido consequências quer no campo conceptual, quer no campo das práticas. Retratada como vítima, torna-se invisível como agressora e, quando surge no quadro da delinquência, perpetua imagens eivadas de interpretações que sugerem a biologização, a

sexualização, a patologização e a masculinização dos seus comportamentos. Relativamente a esta questão, adotou-se uma postura crítica, sublinhando a importância de olhar a figura feminina não apenas como vítima, mas também como sujeito ativo na construção da própria vida, destacando como uma literatura mais sensível ao género permite, através das vozes femininas, compreender as histórias de vida que as colocam em risco de delinquir.

No segundo adentramento questiona-se: estão as raparigas mais violentas? Uma primeira leitura (principalmente das estatísticas oficiais de países ocidentais) tem apontado para um crescimento na ocorrência de comportamentos transgressivos cometidos por raparigas, bem como a uma intensificação na opinião pública da noção de que estas se estão a tornar mais violentas e propensas à delinquência. Mas há uma questão que teima em persistir. Esta tendência reflete um aumento real da violência praticada por raparigas ou mudanças na reação social ao comportamento destas? (Luke, 2008). Sem unanimidade argumentativa, o escrutínio desta informação estatística tem apontado, contudo, para a segunda explicação: ser um reflexo das alterações nas políticas de detenção e da reação social ao seu comportamento violento, que têm ampliado as definições do que constitui um comportamento violento. Estes diferentes posicionamentos não são mais do que duas faces de uma mesma moeda e, independentemente da posição assumida, é unânime, entre os/as investigadores/as, que as raparigas estão mais visíveis na cena da delinquência.

Por fim, um olhar para as idiosincrasias da delinquência feminina. São as necessidades das raparigas diferentes? Na esteira de que rapazes e raparigas não usam as mesmas expressões e não fazem as mesmas escolhas, vários estudos (Chesney-Lind, 1997; Peters, 1998; Arnull e Eagle, 2009; Zahn *et al.*, 2010) têm identificado os principais fatores de risco na transgressão juvenil feminina. Mas se alguns factores têm sido constantemente associados à delinquência cometida por raparigas, estas não deixam, contudo, de partilhar alguns dos mesmos problemas-tipo que encontramos na construção social da delinquência juvenil. Contudo, segundo Zahn *et al.* (2010), estes factores de risco parecem diferir na sensibilidade de exposição aos mesmos e, neste sentido, as dificuldades de adaptação das raparigas tendem a manifestar-se de forma diferente da dos rapazes, o que faz com que a agressão feminina seja qualitativamente diferente (Lanctôt, 2008: 345).

Neste sentido, ao pretender aprofundar o conhecimento e contribuir para o debate em torno da relação entre delinquência juvenil e género, a pesquisa realizada teve como principais objetivos: compreender os sentidos e os significados que as jovens em cumprimento das medidas tutelares educativas constroem e atribuem à prática transgressiva nos seus percursos de vida; analisar os “itinerários biográficos” que sustentam as suas escolhas; e descortinar, a partir das suas experiências e olhares, os contextos interativos onde se desenvolvem essas práticas.

2. METODOLOGIA

Visando estudar as experiências e significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em cumprimento de medidas tutelares educativas, desenvolveu-se uma estratégia de investigação intensiva-qualitativa e trabalharam-se conceitos e métodos disponibilizados por abordagens teóricas sensíveis à compreensão de como as pessoas transformam influências objetivas em iniciativas subjetivas. Neste contexto, a leitura e a discussão dos dados foram feitas nas interfaces do interacionismo simbólico, das teorias da ação estruturada e das perspectivas feministas que, embora situadas em níveis analíticos distintos, permitiram colocar o debate na perspectiva do sujeito (feminino), sem perder de vista que as subjetividades são permeadas pelas (im) possibilidades do espelho social que molda performances (de transgressão e de género).

Assumindo como referente empírico as jovens internadas em Centro Educativo e a executar medidas não institucionais sob acompanhamento das Equipas Tutelares Educativas da área da Grande Lisboa, analisaram-se 27 processos individuais (de um total de 31 processos ‘disponíveis’ para investigação, à data do trabalho de campo) que estruturaram a caracterização sociológica da população em estudo, e realizaram-se 19 entrevistas que permitiram, através da construção narrativa, fazer emergir os sentidos e significados das experiências transgressivas nos diferentes contextos interativos. Do cruzamento destas duas técnicas construíram-se retratos sociológicos e das análises de conteúdo e de discurso acedeu-se às densidades biográficas que permitiram explorar os discursos dominantes em relação à transgressão e traçar perfis de percursos transgressivos.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Quais as principais razões que facilitam a sua entrada das jovens no mundo da delinquência?

Qual o papel dos principais contextos interativos e socializadores para o desenvolvimento das práticas transgressivas destas jovens? Sabemos como as situações de risco estão intrinsecamente relacionados com premissas desenvolvimentais que podem conduzir as raparigas à delinquência. A necessidade de sentir segurança física é desafiada pela pobreza, pelas vivências de rua, pela violência e pelo abuso de substâncias. A necessidade de sentir confiança, amor, respeito e relacionamentos positivos é afrontada pelo abandono, pelas disfunções familiares ou por comunicações insuficientes. A necessidade de modelos e de papéis femininos positivos, que desenvolvam identidades saudáveis, é posta em causa pelas mensagens sexistas e pela falta de apoio comunitário. A necessidade de segurança para explorar a sexualidade é desafiada pelo abuso sexual (de que são vítimas mais do que os rapazes), pela exploração ou pelas mensagens negativas sobre a sexualidade feminina. Iniciadas na vida sexual de forma mais precoce do que as jovens não delinquentes, a gravidez na adolescência e a gravidez não planeada surge como uma realidade visível. A necessidade de pertença e de se sentir competente e necessária é ameaçada pelos laços familiares fracos, pelas influências negativas dos pares, pelo insucesso escolar e pela falta de auto-estima. As raparigas tendem a ser desproporcionalmente mais problemáticas e apresentam níveis mais altos de problemas de saúde mental (distúrbio, ansiedade, depressão, distúrbios alimentares e tendências suicidas). Acrescentaria a estas especificidades de género as narrativas sobre os papéis de género (Duarte, 2011). A violência dos seus comportamentos e a liberdade, autonomia e independência que reclamam para si, pelas fugas de casa, pelas experimentações de álcool e drogas, pela prática de ilícitos, entre outros, não deixa de esbarrar na manutenção de discursos e concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, que são utilizados para falar sobre: as responsabilidades familiares e os papéis domésticos (*rapariga... é estar em casa, trabalhar, ser mãe...*); para justificar o maior controlo que os pais tendem a exercer em suas vidas (*cá fora pode engravidar... e por isso reservam mais as filhas dentro de casa*); para falar sobre as vivências da maternidade e como esta tem um efeito de “mudança” (*ver o mundo com outros olhos*); para se referirem aos projetos de futuro, também estes trespassados pelas marcas de género (*ter marido, filhos... dois... porque é o que toda gente gosta, acho eu!*); mas, também, para se exprimirem sobre o papel da rapariga na transgressão (*é rapaz, é normal, eles começam a andar em grupos, nessa vida... mas rapariga... é muito feio*). Se encontramos desvios característicos da adolescência e de cunho feminino (e.g. fugas de casa, gravidez na adolescência, auto-agressividade, agressão verbal e relacional), eles não deixam transparecer um aumento dos níveis de violência e da prática de ilícitos em co-autoria.

3.2 A quantas vezes se fazem percursos? Das práticas discursivas aos percursos transgressivos.

Da análise das entrevistas apercebemo-nos como os motivos da transgressão são diversificados e como as jovens se (re) posicionam face a eles. Umam mostram como a transgressão surge da *gestão de sentimentos negativo*, angústias e lutos mal resolvidos, originados pelas histórias de maus-tratos, abandonos e institucionalizações. Para outras foi a *procura do “risco-aventura”* (Spink, 2001), da experimentação e da adrenalina o motor para a prática transgressiva. A *hetero-auto-determinação* é um discurso que dá conta da ambiguidade de posicionamento das jovens face à transgressão, ou seja, os discursos da hetero – determinação (foram as drogas, o namorado/ companheiro, os sentimentos de revolta e raiva, a passagem pela instituição...), frequentemente se cruzam com os discursos do *fui porque quis* ou *foi por vontade própria*. Para outras ainda a transgressão surge como uma *exceção - não sabia o que estava ali a fazer; foi reação; era para minha defesa, por causa do que me tinha acontecido*, parecem legitimar as suas versões sobre o ocorrido.

Do diálogo entre estes quatro discursos e as categorias expressivas dos contextos de vida, das experiências e dos relatos das jovens (como a vitimação familiar, os percursos de institucionalização, os percursos transgressivos, motivações e significados da transgressão e a condenação moral da transgressão), foram tomando forma quatro perfis de percursos transgressivos: *transgressão enfatizada (por revolta ou por escalada)*, *transgressão-rebelde*, *transgressão-influência* e *transgressão circunstancial*.

A *transgressão enfatizada*, que reúne quase metade das jovens entrevistadas (9/19 – deve ler-se: nove em dezanove jovens entrevistadas) concentra percursos de maior vitimação familiar, histórias densas e heterogêneas de transgressão e delinquência, institucionalizações sucessivas, em regra desencadeadas pela ação de organismos externos (escola, CPCJ e polícia), relacionada com a situação de negligência e maus tratos familiares, problemas disciplinares e de comportamento na escola e as fugas de casa. A permanência na(s) instituição(ões) é marcada pelas fugas consecutivas e pelo agravamento dos comportamentos transgressivos. Este é um percurso bifurcado. As jovens cuja transgressão é enfatizada *por revolta* organizam as suas narrativas em torno destes sentimentos de revolta. Na transgressão enfatizada *por escalada* há a percepção de que o comportamento transgressivo se foi agravando e reforçando ao longo das trajetórias de vida. A motivação para a transgressão não está apenas na gestão dos sentimentos negativos (ainda que esteja presente), mas também na experimentação e no divertimento/ prazer que retiram disso, e que surge relacionado com as vivências de rua com os amigos do bairro e com as sobrevivências na rua, quando das fugas (de casa e das instituições).

As jovens incluídas no percurso de *transgressão rebelde* (3/19), por outro lado, não apresenta históricos de vitimação familiar significativa, nem registos de permanência em instituições da proteção. As motivações para a transgressão são encontradas nos/as amigos/as, na rebeldia de se ser jovem e no querer testar limites.

A característica central da *transgressão-influência* (4/19) é a hetero-determinação no envolvimento transgressivo e a ideia de que este é resultado da influência de fatores externos (drogas, namorados e amigos/as). A centralidade do fator influência secundariza o peso de todas as outras variáveis como os percursos transgressivos, as motivações e significações da transgressão e a condenação moral da transgressão. Por exemplo, sem históricos de vitimação familiar significativa, os problemas relacionais com a família agravam-se devido a esses fatores de influência externa. Vão para as instituições e delas fogem por causa desses fatores.

As jovens situadas no percurso de *transgressão circunstancial*, todas com medidas tutelares na comunidade (3/19), organizam as suas narrativas em torno do carácter de exceção e de casualidade que é conferido ao comportamento transgressivo, demarcando-se de qualquer identidade desviante ou percurso transgressivo. Exceção porque o ilícito é descrito como uma situação ocasional e acidental. Exceção pois as suas vidas não se organizam em torno da prática transgressiva.

Cada um destes percursos, apesar de supor a existência de coerência entre os elementos contidos em cada tipo, não pretende representar inflexibilidade nas suas categorias. Se há jovens cuja narrativa as coloca no centro das categorias em análise, há outras situações que se mantêm nas margens, tocando categorias vizinhas. Estas margens, que não são contudo periféricas, invocam a diversidade da transgressão feminina e a pluralidades de sentidos e significações possíveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever os diferentes tipos de percursos e de jovens associados a cada contexto alerta-se para a importância de pensar a delinquência juvenil feminina como heterogênea e como esta percepção é fundamental: na (re)categorização conceptual que tem implicações no debate em torno da construção da sua visibilidade social; nos questionamentos em torno das juventudes femininas e das novas feminilidades; nos debates de superação dos discursos dicotómicos da *vitimação versus agencialidade* e na produção de políticas e práticas de intervenção. Ao dimensionar as jovens como sujeitos sociais abre-se o olhar para a forma como elas constroem os diferentes espaços de agencialidade, em contextos de constrição social e acumulação de riscos.

Há muito caminho a fazer pois é difícil teorizar sobre a figura feminina quando as palavras, as ideias e os conceitos estão enraizados em visões segmentadas e masculinas. É importante que a sociedade e os vários profissionais diretamente envolvidos sejam sensíveis aos repertórios interpretativos utilizados pelas jovens e reconheçam como estes podem ampliar ou limitar as possibilidades de sentido sobre a transgressão.

5. REFERÊNCIAS

ARNULL, E. & EAGLE, S. (coord.). **Girls and offending – patterns, perceptions and interventions**, Londres: YJB, 2009

ASSIS, S. & CONSTANTINO, P. **Filhas do Mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2001

BURMAN, M., BROWN, J. & BATCHELOR, S. **Taking it to heart: girls and the meaning of violence**. E. STANKO (ed.). *The meanings of violence*. NY: Routledge, p. 71-89, 2003

CAMPBELL, A. **The Girls in the Gangs**. Oxford, Basil Blackwell, 1984

CARLEN, P. **Women, crime and poverty**. Milton Keynes: Open University Press, 1988

CHESNEY-LIND, M. **The female offender**. California: Sage Publication, 1997

CUNHA, M. **Entre o Bairro e a Prisão: tráfico e trajetcos**. Lisboa: Fim do Século, 2002

DUARTE, V. **Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina**. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho, 2011

GIORDANO, P., CERNKOVICH, S. & RUDOLPH, J. **Gender, crime and desistance: toward a theory of cognitive transformation**. *American Journal of Sociology*. 107 (4), p. 990-1064, 2002

LANCTÔT, N. **A delinquência feminina: a eclosão e a evolução do conhecimento**. M. Le BLANC, M. OUIMET & D. SZABO (coord.). *Tratado de criminologia empírica*. Lisboa: Climepsi Editores, p. 337-371, 2008

LUKE, K. **Are Girls Really Becoming More Violent? A Critical Analysis**. *Affilia. Journal of Women and Social Work*. 23(1), p. 23-38, 2008

MATOS, R. **Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas**. Coimbra: Almedina, 2008

MESSERSCHMIDT, J. **On gang girls, gender and structured action theory: a reply to Miller**. *Theoretical Criminology*. 6 (4), p. 461-475, 2002

MILLER, J. **One of the guys: girls, gangs and gender**. NY: Oxford University Press, 2001

PETERS, S. (coord.) **Guiding principles for promising female programming: an inventory of best practices**, OJJDP [online], disponível em: http://www.ojjdp.gov/pubs/principles/ch1_1.html [consultado em: 19/12/10], 1998

SPINK, M.J. **Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia**. *Cadernos de Saúde Pública*. 17(6), p. 1277-1311, 2001

STEFFENSMEIER, D. & SCHWARTZ, J. **Trends in Female Crime: It's Still a Man's World**. [online], disponível em: [http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartzj/pdf/Schwartz%20\(Trends\).pdf](http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartzj/pdf/Schwartz%20(Trends).pdf) [consultado em: 02/08/2010], 2003

ZAHN, M. et al. **Causes and correlates of girl's delinquency”, OJJDP Girls Study Group: understanding and responding to Girl's Delinquency**, Washington: US Office of Justice Programs [online], disponível em: http://girlsstudygroup.rti.org/docs/GSG_Causes_and_Correlates_Bulletin.pdf [acedido em: 5/04/2010], 2010